



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO – GOIÁS

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DA ÁREA RESPONSÁVEL

Setor Requisitante	PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Responsável pela formalização da demanda	Leo Resende de Oliveira
Cargo/Função	Procurador-Geral do Município

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para a prestação de serviços jurídicos especializados consistentes na realização de análise jurídica comparativa das leis complementares municipais que versam sobre a Estrutura Organizacional, o Código Tributário, o Código de Posturas e o Código de Obras e Edificações, cuja atividade terá por objetivo verificar a conformidade das normas municipais com a Constituição Federal, a Constituição Estadual e demais leis federais e estaduais pertinentes, buscando identificar e sanar eventuais vícios de inconstitucionalidade, legalidade, forma, motivação ou lacunas normativas, com vistas a garantir a segurança jurídica das ações do Poder Executivo Municipal e a adequação da legislação municipal ao ordenamento jurídico superior.

PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

A presente demanda não está prevista no Plano de Contratação Anual de 2024. Devido à impossibilidade de previsão, total ou parcial, a presente demanda que será devidamente encaminhada à Secretaria de Planejamento para a revisão necessária.

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA:

A contratação de serviços jurídicos especializados para a análise comparativa das leis complementares municipais se fundamenta na necessidade imperiosa de assegurar que a legislação local esteja em estrita conformidade com o ordenamento jurídico superior, especialmente a Constituição Federal, a Constituição Estadual e demais normas federais e estaduais aplicáveis. Essa conformidade não é apenas uma exigência legal, mas também um alicerce para a manutenção da segurança jurídica, que, como ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro, é “um dos princípios fundamentais do Estado de Direito, pois confere estabilidade e previsibilidade às relações jurídicas” (DI PIETRO, 2020).

A análise jurídica proposta visa identificar e sanar eventuais vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade, lacunas normativas ou inconformidades formais que possam comprometer a eficácia e a segurança jurídica das normas municipais. É notório que as leis municipais, em especial aquelas que regulamentam a Estrutura Organizacional, o Código Tributário, o Código de Posturas e o Código de Obras e Edificações, não passam por um processo de revisão ou atualização há muitos anos. Essa inércia normativa pode resultar em descompassos entre as disposições municipais e as evoluções legislativas e jurisprudenciais federais e estaduais, criando um cenário de insegurança jurídica que impacta negativamente a administração pública e o ordenamento local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO – GOIÁS

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Nesse sentido, a relevância da presente contratação se insere no contexto da necessidade de garantir que as leis complementares estejam devidamente adequadas às normas superiores. A manutenção de disposições incompatíveis com as normas constitucionais pode ensejar questionamentos judiciais e embaraços na execução de políticas públicas municipais, o que compromete a governabilidade e a eficiência administrativa.

A intervenção especializada por meio desta contratação permitirá a identificação de possíveis vícios formais e materiais, além de lacunas normativas que comprometem a aplicabilidade e a legalidade das leis municipais. Como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello, “a conformidade legal e constitucional das normas é condição indispensável para que elas sejam válidas e eficazes no ordenamento jurídico” (MELLO, 2021). A ausência de uma análise criteriosa e técnica pode resultar na manutenção de normas ultrapassadas, inadequadas ao contexto atual do município, ou que não estejam em consonância com as demandas sociais, econômicas e ambientais contemporâneas.

No atual cenário jurídico, a constante atualização legislativa é imperativa para assegurar que as normas municipais reflitam as necessidades reais da administração e da sociedade. A modernização das leis, em consonância com os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico como um todo, é fundamental para garantir a governança eficiente e transparente, além de proporcionar segurança jurídica nas relações entre o Poder Público e os administrados. Nesse sentido, a segurança jurídica é um pilar essencial para a boa administração pública, evitando conflitos de normas, reduzindo a incidência de litígios judiciais e assegurando que as ações do Poder Executivo Municipal sejam legítimas, eficazes e aplicáveis.

Ademais, a contratação de serviços jurídicos especializados para a análise e revisão das leis complementares municipais transcende a mera conformidade legal, constituindo um investimento na melhoria contínua das políticas públicas e no fortalecimento institucional do município. A adoção de um arcabouço jurídico moderno e alinhado com as normas superiores permitirá ao município conduzir suas atividades de forma segura, eficiente e transparente, em benefício de toda a coletividade.

Desta feita, a fundamentação para a presente contratação repousa na necessidade premente de revisão e atualização das leis municipais, algumas das quais não revisadas há muitos anos, com o objetivo de assegurar a conformidade com o ordenamento jurídico superior, a segurança jurídica das ações do Poder Executivo e a modernização das normas que regem o município.

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO E QUANTITATIVO:

Para atender à demanda, foi estimado o prazo de 60 (sessenta) dias para execução do objeto, conforme as seguintes especificações:

Item	Quant.	Especificações técnicas
1	1	Os serviços jurídicos especializados a serem prestados no âmbito deste contrato, com base no objeto definido no Termo de Referência, devem abranger as seguintes atividades: 1. Análise Jurídica das Leis Complementares Municipais • Estrutura Organizacional: Realização de uma análise jurídica detalhada das normas que regem a Estrutura Organizacional do município, verificando sua conformidade com a Constituição Federal, a Constituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO – GOIÁS

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

		Estadual, e as normas federais e estaduais pertinentes. A análise deve identificar possíveis vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade, bem como lacunas normativas e inconformidades formais. • Código Tributário Municipal: Análise detalhada das disposições do Código Tributário Municipal, com o objetivo de verificar sua adequação ao sistema constitucional tributário, identificando eventuais inconsistências, vícios de legalidade ou omissões que possam comprometer a arrecadação e a aplicação das normas tributárias no âmbito municipal. • Código de Posturas: Revisão das normas contidas no Código de Posturas Municipal, verificando sua conformidade com as disposições constitucionais e demais legislações superiores. A análise deverá considerar aspectos relacionados ao ordenamento urbano, à segurança pública e ao bem-estar da coletividade. • Código de Obras e Edificações: Análise das normas que compõem o Código de Obras e Edificações, com foco na adequação às normas técnicas e legais vigentes, tanto em nível federal quanto estadual. A análise deve identificar possíveis vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade e propor adequações necessárias para assegurar a regularidade das obras e edificações no município. 2. Identificação de Vícios, Proposição de Adequações e Relatórios Técnicos • Apontamento das inconformidades encontradas em cada uma das leis analisadas, identificando vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade, inadequações formais, motivacionais ou lacunas normativas. • Elaboração de relatório preliminar destacando as principais inconformidades identificadas e as recomendações iniciais, as quais nortearão do desenvolvimento e conclusão do diagnóstico. • Elaboração de relatório conclusivo constando todas as análises e recomendações que carecem de adequações legais, com o objetivo de sanar possíveis vícios e garantir a conformidade com o ordenamento jurídico superior.	
--	--	--	--

PREVISÃO DA DATA DE CONTRATAÇÃO:

Estima-se que a contratação da prestação dos serviços acima descritos seja celebrada até o dia 05/09/2024.

ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor contratado seja até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) global.

CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO A CONTRATAÇÃO

Prorrogação do contrato:

() Sim (X) Não

Compra corporativa:

() Sim (x) Não

A contratação depende de indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outra demanda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO – GOIÁS

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

() Sim (x) Não

Grau de Prioridade (em conformidade com o plano de governo e planejamento estratégico):

Baixa () Média () Alta (x)

Forma da contratação:

Pregão () Concorrência () Dispensa/Inexigibilidade (X) Outras _____

NECESSIDADE DE MAPP:

() Sim (X) Não

São Simão, 20 de agosto de 2024.

LEO RESENDE DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município